



LIDO NA SESSÃO DO DIA

18 MAR 2013

## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

3543/13

AUTOR: CLÁUDIO CARVALHO

INDICA nos termos do inciso III, art. 146 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa, ao Secretário de Segurança Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia – SESDEC, com cópia ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, da necessidade de dar resposta acerca dos crimes ocorridos contra as meninas NAIARA REGINA DE COSTA FREITAS e RAÍSSA LOPES.

O Deputado que a este subscreve nos termos regimentais, INDICA ao Secretário de Segurança Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia – SESDEC, com cópia ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, da necessidade de dar resposta acerca dos crimes ocorridos contra as meninas NAIARA REGINA DE COSTA FREITAS e RAÍSSA LOPES.

Plenário das Deliberações, 19 de março de 2013.

CLÁUDIO CARVALHO  
Deputado Estadual/PT

JUSTIFICATIVA

Na verdade são dois crimes, duas jovens, mortas brutalmente, crimes separados por datas, por pais, por idades, por motivos, porém ocorridos, marcados e lembrados pela violência e frieza, e infelizmente, também, pela morosidade das repostas de justiça que se espera.





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

AUTOR: CLÁUDIO CARVALHO

Naiara Regina, 19 anos, encontrada em janeiro de 2013, morta com crueldade, aonde não se tem ainda nenhuma identificação do autor, e Raíssa, 15 anos, morta pelo ex- namorado numa parada de ônibus em setembro de 2012.

Existe a necessidade de privilegiarmos a justiça assim como existe também uma distância entre o crime e sua autoria, mas a dor daqueles que esperam por respostas se sobrepõem a toda e qualquer vaidade.

É constitucional a afirmação de que nenhuma ação se justifica quando as garantias individuais são ofendidas, porém por outro lado, não DEVEMOS deixar de buscar atender o apelo de toda a sociedade na apuração e julgamento desses crimes que marcaram não apenas a sociedade, mas, principalmente as famílias dessas jovens, que esperam, sem consolo algum, RESPOSTAS.

Não pretendemos nos colocar na posição de órgão policial, nem tampouco sugerir outra forma de **SER POLÍCIA**, mas, diante da violência dos crimes brutais ao qual nos referimos, COMO CIDADÃO não podemos NOS CALAR e como PARLAMENTAR temos a OBRIGAÇÃO de cobrarmos uma apuração mais célere quer da Polícia quer da Justiça, até porque NÃO PODEMOS dar ao criminoso a sensação de IMPUNIDADE.